

Dos “Brasis” para os “Portugais” Transformações da emigração brasileira nos últimos 20 anos

Ana Filipa Antunes Pinho
CIES, ISCTE-IUL – Universidade de Lisboa
pinho.filipa@gmail.com

Introdução

Esta comunicação insere-se numa reflexão mais ampla da minha investigação de doutoramento e tem como objectivo a apresentação e análise das principais transformações da emigração brasileira para Portugal nos últimos 20 anos, através da utilização de indicadores disponíveis nas estatísticas oficiais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Ministério do Trabalho, bem como de informação qualitativa recolhida em entrevistas ou na imprensa.¹

A grande mutação da emigração brasileira nos últimos 20 anos, e que de alguma forma sintetiza outras, pode ser observada na dimensão da composição profissional e na inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. De uma inserção maioritariamente no segmento primário do mercado de trabalho, os novos imigrantes brasileiros vieram a concentrar-se no segmento secundário, o que indicia estarmos perante uma migração laboral. Em termos dos *stocks* da população imigrada, identifica-se alguma heterogeneidade decorrente destas duas migrações, em parte consecutivas mas também, em alguma medida, coexistentes.

Em resultado da transformação da imigração brasileira em migração laboral, podem ser observadas alterações em duas outras dimensões relacionadas: o crescimento no volume do fluxo migratório, por um lado, e o padrão geográfico da distribuição de residência dos imigrantes brasileiros na origem e no destino da migração, por outro. De início, estes dois indicadores permitiam caracterizar as migrações brasileiras como contracorrente da emigração portuguesa para o Brasil. Actualmente, porém, essa especificidade da imigração brasileira desapareceu.

A complexidade da análise da emigração brasileira para Portugal resulta da existência de migrações entre mais do que uma origem e mais do que um destino, ao nível local, e não uma migração única entre (apenas) dois países. É por essa razão que o título faz as referências plurais ao Brasil e a Portugal. Processos de recrutamento activo e articulações com redes migratórias contribuem para explicar o desenvolvimento do mais recente fluxo migratório, ao qual não é alheia, também, a retracção forçada da emigração brasileira de Minas Gerais para os Estados Unidos no início do século XXI.

2. Volume do fluxo migratório e suporte irregular de recrutamento

Entre o fim dos 1980 e o início dos anos 1990, após a entrada de Portugal na CEE, a população brasileira residente em situação legal aumentou, impulsionada pela intensificação de movimentos de retorno de emigrantes portugueses e seus familiares residentes no Brasil (em 1988 a taxa de crescimento foi de 19%). Pouco tempo depois, começou a ter visibilidade

¹ Desde Janeiro de 2005 a Dezembro de 2008, período no qual desenvolvi a pesquisa, fui bolseira de doutoramento da FCT (SFRH/BD/16095/2004).

a vinda de brasileiros atraídos pela modernidade preconizada pela “entrada na Europa”, fluxo que se prolongou de forma autonomizada da contracorrente migratória até meados dos anos 1990, quando começou a desacelerar com os contornos que entretanto se lhe conheciam (em 1996 o crescimento da imigração abrandou até 1999).

Em 2001, com o regime de autorizações de permanência² e a atribuição do que, na prática, ficou conhecido como um visto de trabalho concedido em território nacional aos imigrantes que demonstrassem possuir um vínculo laboral, foram regularizados 23.899 imigrantes brasileiros, que vieram a somar-se, nesse ano, aos 23.439 já residentes com autorização de residência. Apenas desde o ano anterior, a população imigrante de nacionalidade brasileira residente em situação regular aumentou 113%, crescimento que é surpreendente se consideradas as taxas de crescimento paulatino (da ordem dos 11%) do início da década, – sendo a maior em 1994, em resultado da regularização extraordinária de 1992 (18%) – e a tendência de estagnação que as taxas de crescimento próximas do zero ou negativas, entre 1996 e 1998, faziam prever. Com quantitativos entre os nove mil e os 20 mil, este aumento foi responsável por terem quintuplicado os contingentes da população de nacionalidade brasileira residente em 10 anos, e pela diversificação e complexificação de características, origens, destinos e motivações.

Este aumento vem acompanhado da constatação de que a base de recrutamento da migração de então tinha uma forte componente de irregularidade, que se manterá até à recentemente. Anteriores processos de regularização³ não revelaram um crescimento tão elevado nos *stocks*, nem tornaram visíveis diferenças tão significativas nas estruturas profissionais e de distribuição geográfica dos imigrantes brasileiros. O processo de atribuição das primeiras autorizações de permanência decorreu durante todo o ano de 2001 e terá abrangido quem já cá estava, mas também terá permitido regularizar imigrantes chegados nesse ano (e que terão ficado a conhecer a situação através das suas redes de familiares, amigos, colegas de trabalho que já tinham chegado a Portugal, além de, muito provavelmente, a comunicação social).

Na actualidade ainda não há evidências de estabilização em termos de *stocks* de imigrados brasileiros. Pelo contrário, em 2006 verificou-se um aumento da população, decorrente da regularização ao abrigo do pré-registo de cidadãos estrangeiros nos termos do art.º 71 do Decreto Regulamentar n.º 6/2004 de 26 de Abril e do regime aplicável a cidadãos brasileiros enquadrado pelo “Acordo Luso-Brasileiro sobre contratação recíproca de nacionais”. E o *stock* voltou a ter uma subida elevada (61%) entre 2007 e 2008, em resultado da entrada em vigor da nova lei de estrangeiros, através da qual foram atribuídas autorizações de residência aos titulares de títulos de vistos de longa duração e com dispensa de visto respectivo. Este aumento reflecte o que os Serviços referem como “uma subavaliação reiterada das nacionalidades que compõem os fluxos migratórios mais recentes, nomeadamente o Brasil” (SEF, 2008:30).

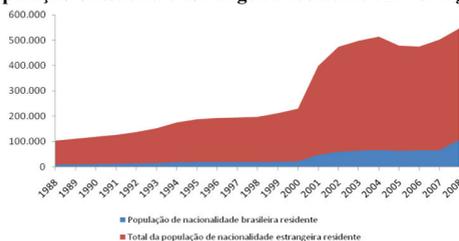
Imigrantes entrevistados (em 2007) para o meu trabalho, que já haviam sido portadores de uma autorização de permanência e que, devido à rotatividade entre postos de trabalho e

² Através do Decreto-Lei 4/2001, de 10 de Janeiro, é criada a figura de autorização de permanência, válida por um ano e prorrogável até cinco anos, findos os quais poderiam converter-se em autorização de residência. O regime foi revogado em 2003.

³ Houve processos de regularização de estrangeiros em Portugal em 1992 (Decreto-Lei 212/92, de 12 de Outubro) e 1996 (Lei 17/96, de 24 de Maio).

precariedade dos mesmos⁴, haviam perdido entretanto as condições necessárias para a sua renovação (como a existência de um contrato de trabalho), e que estavam em vias de as readquirir, ilustram situações que podem explicar parte do aumento do contingente com a lei de 2007.⁵ No que respeita à dinâmica do fluxo migratório, se for tomado em conta o contexto de crise que o país vive actualmente, com as consequências no aumento do desemprego e na desaceleração da economia, em conjunto com as perspectivas do crescimento brasileiro, é de prever que haja uma retracção. No entanto, a energia de um fluxo migratório tende a perdurar além das condições que o originaram (Massey e outros 1998), como o demonstram outros exemplos de migrações laborais internacionais no século XX (a mexicana para os Estados Unidos), através da acção das redes sociais e/ou pela via de processos de reunificação familiar, o que torna difícil vaticinar com acuidade o desenvolvimento futuro de uma migração internacional.

Figura 1 - População brasileira e estrangeira residente em Portugal (1988-2008)



Fontes: SEF, estatísticas de estrangeiros.

3. Distribuições geográficas da origem e do destino da emigração

A lei estabelecida por Ravenstein no fim do séc. XIX, de que cada corrente migratória produz uma contracorrente compensatória (Ravenstein 1887:287), tem materialização, por exemplo, nos fluxos de dinheiro (remessas), mas também no retorno de migrantes. A emigração brasileira para Portugal constituiu-se como contracorrente da emigração portuguesa para o Brasil até ao princípio dos anos 1990, quando se intensificou. Um dos indicadores de contracorrente consiste nas zonas de fixação dos imigrantes, porque os emigrantes que retornam tendem a voltar para os locais de onde saíram⁶, trazendo com eles os seus descendentes, outros familiares, amigos e outros contactos das suas redes da ex-sociedade de acolhimento para quem os que retornam significam uma possibilidade ajuda para a integração (de quem queira seguir-lhes).

A estrutura de distribuição das regiões de origem dos portugueses que emigraram para o Brasil nos anos 1950⁷ tem representações elevadas no Centro e o Norte de Portugal, em

⁴ Dos 25.940 contratos registados por cidadãos de nacionalidade brasileira para obtenção de autorização de permanência em 2001, 81% eram a termo certo.

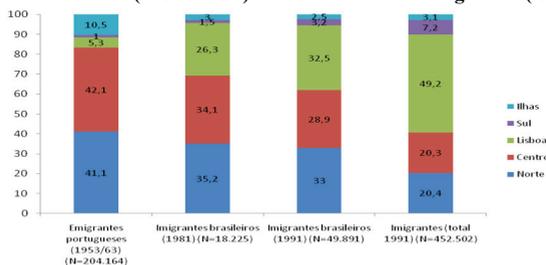
⁵ A autorização de permanência consistia num título temporário de residência, renovável se reunidas as condições que presidiam à sua concessão. O empregador poderia não renovar o contrato, o que vinha a converter novamente o trabalhador em irregular.

⁶ O estudo sobre os retornados das ex-colónias portuguesas tem um exemplo claro desta correspondência (Pires, 2003:206-207).

⁷ Nos anos 1950 o Brasil ainda é um destino importante da emigração portuguesa (perde força em 1964, em resultado da reorientação da emigração para países da Europa) e, sendo numa época ainda bem documentada nas estatísticas da emigração, foi a década escolhida para ilustrar as regiões de saída dos emigrantes. Os dados

especial nos distritos de Viseu (13,5%), Porto (11,6%) e Aveiro (10%). As ilhas têm um peso relativo, no conjunto, equivalente a um destes (10,5%). O gráfico ilustra que também as regiões do Norte e do Centro foram importantes áreas de acolhimento de imigrantes brasileiros, embora a região de Lisboa adquira peso que não detinha na primeira distribuição, e em 1991 a região de Lisboa chega mesmo a ultrapassar a região Norte (tendência que se acentuou depois, em conformidade com o que acontecia para o conjunto da população imigrante, tornando a estrutura de distribuição residencial dos brasileiros mais semelhante à do total dos imigrantes estrangeiros). Os distritos como mais concentração de imigrantes brasileiros em 1991 eram Lisboa (27,1%), Porto (19,8%) e Aveiro (10,9%).

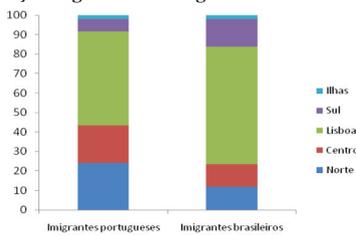
Figura 2 – Distribuição regional das origens dos emigrantes portugueses (1953-1963) dos imigrantes brasileiros (1981 e 1991) e da totalidade dos imigrantes (1991) (%)



Fontes: Boletins da Junta de Emigração e INE, recenseamentos gerais da população de 1981 e 1991.

A autonomização do fluxo migratório relativamente à contracorrente torna-se evidente em 2001, com uma estrutura de distribuição residencial onde Lisboa concentra a maioria da população de naturalidade brasileira, evidenciando a aproximação às migrações laborais que tendem a concentrar-se nos pólos de concentração industrial e urbana onde se situam os trabalhos do mercado secundário. Essa tendência acentuou-se até à actualidade (agora tomando por referência os dados do SEF⁸, por serem mais recentes). É de notar o crescimento da região Sul, o que remete para a importância do sector da hotelaria e restauração nessa região e o peso que este tem na estrutura profissional da imigração.

Figura 3 – Distribuição regional dos imigrantes brasileiros (2001 e 2008) (%)



Fontes: INE, recenseamento geral da população de 2001 e SEF, estatísticas de estrangeiros.

recolhidos respeitam à emigração para o Brasil, por origem dos emigrantes (por distrito), no total da emigração para o Brasil entre 1953 e 1963 (inclusive).

⁸ As estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras correspondem à população de nacionalidade brasileira residente em situação regular, enquanto em teoria os censos são mais abrangentes. Para efeitos deste trabalho foram considerados todos os indivíduos que, na base de dados dos censos, nasceram no Brasil, independentemente da nacionalidade; são, por isso, identificados como imigrantes e não como estrangeiros.

O padrão das origens geográficas dos imigrantes no Brasil, que na migração anterior se compunha maioritariamente dos estados brasileiros do Rio de Janeiro ou São Paulo,⁹ veio a ter uma configuração onde esses estados têm uma representação residual e adquirem um peso elevado o estado de Minas Gerais, e, por exemplo, também os vizinhos Goiás, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, conforme informação testemunhada pelos entrevistados, e na imprensa, assim como em estudo recente realizado em Portugal.¹⁰

3. Composição profissional e inserção sectorial: migração laboral

A análise da dimensão da inserção dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho¹¹ permite a identificação do tipo laboral da imigração brasileira mais recente. Assim, é importante começar por analisar a composição profissional do grupo de imigrantes que veio a ser responsável pelo aumento da imigração, como os que solicitaram o estatuto de autorização de permanência. Nas estatísticas do IEPF sobre os contratos registados em 2001 para obtenção de autorização de permanência (Pires 2002), é possível conhecer a inserção sectorial da população que pretendia obter a regularização através deste regime jurídico.¹²

Nas estatísticas dos contratos registados por indivíduos de nacionalidade brasileira, os sectores de actividade mais representados são, por ordem decrescente, o sector dos serviços (30,6%), o da construção (25,5%) e o da hotelaria e construção (22,1%). O sector do comércio tem um peso de 12% e a indústria (14,9%).

Da análise da inserção sectorial dos imigrantes brasileiros a partir dos dados do censo de 2001 podem retirar-se conclusões semelhantes. Os sectores de actividade mais representados são o sector dos serviços (38%) e a construção (20%), seguidos pelo comércio (15%) e a hotelaria e restauração (12%). As mudanças assinaláveis relativamente aos anos anteriores relacionam-se com o crescimento dos sectores da construção (representava 6,4% em 1991 e 7,2% em 1981) e da hotelaria e restauração (de 3,1% em 1981, passa para 7% em 1991 e 12% em 2001) e com a descida do sector dos serviços (cuja proporção havia tido uma subida entre 1981 e 1991, de 40,7% para 48%).

Quadro 1 – População imigrante brasileira activa e a exercer profissão, por ramo de actividade, censos 1981-2001

Ramos de actividade	2001			1991			1981		
	N	%	%T	N	%	%T	N	%	%T
Total	32.086	100,0	100,0	9.857	100,0	100,0	5.755	100,0	100,0
Agricultura, pesca e indústria extractiva	468	1,5	1,9	396	4,0	2,5	978	17,0	4,2
Indústria transformadora	4.287	13,4	14,9	1.649	16,7	18,4	1.059	18,4	18,5
Construção	6.476	20,2	16,4	630	6,4	11,6	415	7,2	11,5
Comércio	4.823	15,0	15,1	1.747	17,7	16,0	776	13,5	13,1
Hotelaria e restauração	3.854	12,0	7,0	694	7,0	6,3	180	3,1	4,7
Serviços	12.178	38,0	44,8	4.741	48,1	45,1	2.342	40,7	48,0
Actividades mal definidas	-	-	-	-	-	-	5	0,1	0,1

Nota e fonte: em %T o peso dos mesmos sectores no total da população de nacionalidade estrangeira; INE, censos demográficos.

⁹ De acordo com trabalho realizado para a conclusão da licenciatura em 1993, com base nas entrevistas realizadas e de artigos de imprensa brasileiros e portugueses consultados na época, eram muito pontualmente referidas outras origens além do Rio de Janeiro e São Paulo entre os imigrantes que provinham do Brasil.

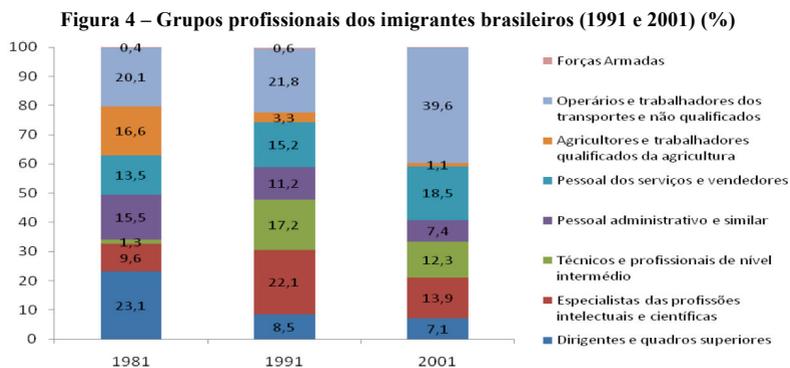
¹⁰ O projecto “Vagas Atlânticas, a Imigração Brasileira para Portugal” reuniu investigadores do CES, CIES, ISCTE-IUL e SOCIUS, e teve na base a aplicação de um inquérito por questionário a cerca de 1.400 imigrantes brasileiros.

¹¹ O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras não publica estatísticas de inserção no mercado de trabalho desagregadas por nacionalidade, por isso os últimos dados disponíveis sobre a inserção profissional dos imigrantes reportam-se aos censos demográficos e às estatísticas relativas aos contratos registados para obtenção de autorização de permanência.

¹² O total são os 25.940 contratos registados para obtenção de AP por indivíduos de nacionalidade brasileira e não os de AP efectivamente atribuídas (23.899).

No que respeita aos grupos profissionais, identifica-se o grande crescimento do grupo dos operários e trabalhadores não qualificados, em consistência com o peso do sector da construção, e o ligeiro aumento do grupo de pessoal do serviço e vendedores (onde se situam quem trabalha na hotelaria e a restauração), assim como a descida dos grupos das profissões intelectuais e científicas e do grupo dos dirigentes e quadros superiores (figura 4). O primeiro grupo referido duplicou a sua proporção entre 1981 e 2001 (de 20% para cerca de 39%) e subiu muito em termos absolutos, não tendo demonstrado uma subida relativa significativa nos 10 anos anteriores, período em que se deu a primeira intensificação da emigração brasileira. De forma concomitante, o grupo das profissões intelectuais e científicas teve uma descida proporcional entre 1991 e 2001 (de 22,1% para 13,9%), mas havia duplicado a sua representação desde 1981 (9,6%).

Estas características na configuração profissional apontam, assim, para o tipo laboral da imigração brasileira actual, que difere de algumas tendências que pudesse ter apresentado como migração “profissional” no passado.¹³ Na realidade, a primeira migração brasileira incluía alguns movimentos de tipo profissional, mas caracterizava-se sobretudo por percursos de imigrantes de classe média independentes (Peixoto 1999) cuja motivação para a migração era fortemente influenciada pela insegurização generalizada associada à violência e impossibilidade do planeamento de vida gerado pela hiperinflação (Pinho 1993), sem que houvesse garantias de inserção profissional qualificada no destino (que, veio, no entanto, a verificar-se em grande medida). Contudo, o conjunto do *stock* da população imigrante brasileira não é totalmente homogêneo a este respeito, o que também se deve à migração anterior e é observável na estrutura das habilitações académicas, onde quase metade da população, em 2001, tem o ensino secundário ou o superior concluído, e 20% tem o equivalente ao terceiro ciclo do ensino básico (quadro 2).



Fonte: INE, recenseamentos gerais da população.

¹³ A dicotomia profissional/laboral na tipologia das migrações remete, sintetizadamente, para diferentes modos de incorporação no mercado de trabalho a que correspondem, necessária mas não apenas, graus diferentes de qualificação. Para uma discussão acerca dos modos de incorporação imigrante no mercado de trabalho, ver, por exemplo, Piore (1979) e Portes (1981). A caracterização da migração qualificada como “profissional” tem correspondência no “professional” em inglês. Para uma revisão de teorias e tipologias de migração de profissionais, ver, por exemplo, Iredale (2001). Sobre as migrações laborais, ver por exemplo Johnson e Salt (1990).

Quadro 2 – População imigrante brasileira com idade activa, por nível de instrução concluído (1981-2001)

Nível de instrução	2001		1991		1981	
	N	%	N	%	N	%
Total	45.185	100,0	21.404	100,0	16.309	100,0
Sem grau de ensino	3.067	6,8	2.899	13,5	4.370	26,8
1º ciclo do ensino básico	5.840	12,9	4.027	18,8	4.591	28,2
2º ciclo do ensino básico	5.446	12,1	3.558	16,6	2.458	15,1
3º ciclo do ensino básico	9.245	20,5	2.806	13,1	2.738	16,8
Ensino secundário	13.003	28,8	3.988	18,6	737	4,5
Ensino superior	8.584	19,0	4.126	19,3	1.415	8,7

Nota: em 1981 a variável “condição perante o trabalho” considera o grupo não activos os menores de 12 anos, enquanto em 1991 e 2001 se trata de “não activos menores de 15 anos”.

4. Considerações finais

Com as questões aqui demonstradas, como a base de recrutamento irregular da mais recente e volumosa emigração, os seus elementos de originalidade laboral relativamente à anterior e as suas origens no Brasil e os destinos principais, como a região de Lisboa (e é conhecida a concentração na Costa de Caparica), é possível atribuir ao accionamento de redes a partir dos imigrantes pioneiros de Minas Gerais a génese da imigração actual, num contexto de necessidades de mão-de-obra em Portugal e de facilitação do recrutamento activo de migrantes a partir do estabelecimento de pontes com empregadores, em fase ainda anterior ao 11 de Setembro nos EUA, destino preferencial da emigração mineira. Um factor a reaver neste surgimento é a existência de uma migração anterior, ainda que distinta desta, que terá tido efeitos na agenda sobre notícias portuguesas nos meios de comunicação social brasileiros (Pinho 2001). Isso mesmo é transmitido numa reportagem da *Pública* em 2000, para a qual um imigrante entrevistado diz “Eu vi no programa “Globo Reporter”, da Globo. Dizia que aqui ‘tava muito bom, que dava para ganhar uma grana boa” (*Pública*, 21 de Maio 2000, página 27).

O desenvolvimento desta imigração terá sido facilitado, também, pela aumento do controlo nas fronteiras dos Estados Unidos da América em fase posterior aos ataques terroristas do 11 de Setembro, o que produziu uma reorientação, para a Europa, dos agentes intermediários anteriormente centradas na organização do fluxo ilegal de brasileiros de Minas Gerais para os Estados Unidos, como agiotas, agências de viagens e intermediários entre mercados de trabalho. Esta reorientação tem subjacente, em Portugal, três factores comparativamente favoráveis: a entrada mais acessível (desde que cumpridos alguns critérios de comportamento e no discurso às autoridades, nos aeroportos e no avião, por exemplo) em território português, devido à isenção de vistos para permanência turística até três meses; a valorização do euro em relação ao dólar a atribuir maior valor às remessas; a semelhança da língua. Conforme ilustrado por imigrantes entrevistados, este redireccionamento do fluxo terá produzido o alargamento do cenário de migração a outros brasileiros que nunca haviam considerado emigrar por não saberem inglês nem quererem correr o risco do processo totalmente ilegal de atravessamento de fronteiras.¹⁴

Relembro artigos da imprensa de 2000¹⁵ que davam visibilidade aos imigrantes brasileiros oriundos de Minas Gerais que residiam irregulares na expectativa de encontrar novos trabalhos na construção civil – a construção dos estados para o Euro 2004 aproximava-se –

¹⁴ Em Portugal só se torna irregular a permanência em Portugal além do período dos 90 dias permitidos para turismo e trabalhar durante esses 90 dias; não é ilegal entrar no país.

¹⁵ “Em berço esplêndido”, por Jorge Henrique Bastos, *Revista do Expresso*, 21 de Abril 2000, “Brasileiros na clandestinidade”, por Nuno Ferreira (textos) e Adriano Miranda (fotografia), *Pública*, 21 de Maio 2000.

depois de obras da Expo-98 e da Ponte Vasco da Gama. Eram referidas zonas de residência como Cascais (a remeter para a imigração anterior) e a Costa da Caparica. Nesse ano, referiam-se estimativas de 2.000 indocumentados brasileiros,¹⁶ (*Pública*, 21 de Maio 2000, página 26) embora no ano a seguir tivessem sido regularizados os cerca de 23 mil.

As dinâmicas da emigração mais recente envolvem a referência, portanto, à cidade de Governador Valadares do estado brasileiro de Minas Gerais e à localidade da Costa de Caparica, situada a Sul do Tejo na região da Grande Lisboa – e ao impulso pelas necessidades de mão-de-obra no sector da construção civil. Mas o efeito multiplicador das redes foi alargando a emigração a outras origens, embora a partir daquele pólo inicial (são estados vizinhos), enquanto o mercado de trabalho português foi alargando as necessidades de mão-de-obra ao sector da hotelaria e restauração, assim como ao dos serviços pessoais e domésticos (nomeadamente para a mão-de-obra feminina).

Referências bibliográficas

- Iredale, Robyn (2001), "The migration of professionals: theories and typologies", *International Migration*, 39(5), pp. 7-26.
- Johnson, James J., e John Salt (1990), "Labour migration: the general context", em James J. Johnson, e John Salt (orgs.), *Labour Migration: The Internal Geographical Mobility of Labour in the Developed World*, Londres, David Futton Pub, pp. 1-13.
- Massey, Douglas S., Joaquin Arango, Graeme Hugo, Ali Kouaouci, Adela Pellegrino e J. Edward Taylor (orgs.) (1998), *Worlds in Motion. Understanding International Migration at the End of the Millenium*, Oxford, Oxford University Press.
- Peixoto, João (1999), *A Mobilidade Internacional dos Quadros*, Oeiras, Celta.
- Pinho, Filipa (1993), Pinho, Filipa (1993), *Processo de Decisão e Trajectória de Emigração do Brasil para Portugal*, ISCTE, Lisboa (Dissertação de Licenciatura no Seminário de Sociologia do Desenvolvimento), mimeo.
- Pinho, Filipa (2001), *Migrações e Processos Comunicacionais: o caso dos brasileiros em Portugal*, ISCTE, Lisboa (Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação), mimeo.
- Piore, Michael (1979), *Birds of Passage. Migrant Workers and Industrial Society*, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- Pires, Rui Pena (2002), "Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001", *Sociologia, Problemas e Práticas*(39), pp. 151-166.
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta.
- Portes, Alejandro (1981), "Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration", em M. M. Krtiz, C. B. Keely e S. M. Tomasi (orgs.), *Global Trends in Migration. Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, Center for Migration Studies, pp. 279-297.
- Ravenstein, E.G. (1889), "The laws of migration ", *Journal of the Royal Statistical Society*, 52(2), pp. 241-305.

Outras fontes

SEF, relatórios a partir de 2000 disponíveis em <http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx>.

Artigos de imprensa: "Em berço esplêndido", por Jorge Henrique Bastos, *Revista do Expresso*, 21 de Abril 2000; "Brasileiros na clandestinidade", por Nuno Ferreira (textos) e Adriano Miranda (fotografia), *Pública*, 21 de Maio 2000.